

Algumas notas sobre juventude e emprego em Portugal

Fernando Diogo

CES-UA

fdiogo@uac.pt

Pretendemos neste breve ensaio abordar os processos de construção da relação com o trabalho e o emprego por parte dos jovens, aos quais se associa uma dicotomia de base que os distingue, referimo-nos ao facto de, para alguns, serem processos projectados no futuro dado que são estudantes, enquanto para outros são processos que reflectem uma inserção mais ou menos prolongada no mundo do trabalho.

Esta questão, aliás, remete-nos para dois aspectos fundamentais no que respeita ao estudo da juventude, por um lado a transição entre a juventude e a idade adulta, em grande parte marcada pelo ingresso no mundo do trabalho, e, por outro, a multiplicação de formas em que essa transição se realiza, dado que já não se resume às formas mais ou menos impostas pelas diferentes condições de classe.

1. A centralidade do trabalho nas transformações recentes da Juventude e das juventudes

A primeira questão que se coloca, quando se fala da relação da juventude com o trabalho e o emprego respeita à definição crítica dessa relação. Com efeito, todos os conceitos em causa são de uso comum, no dia-a-dia, e envolvem uma multiplicidade de significados, mesmo nas ciências sociais.

Assim, pode-se começar por dizer que a juventude é uma categoria social, no sentido de se constituir como um conjunto de indivíduos cuja agregação é meramente discursiva e simbólica não constituindo, portanto, um grupo social. Contudo, a juventude é, também, uma condição social, como nos dizem, num trabalho pioneiro¹ sobre a juventude portuguesa, Braga da Cruz *et al.* (1984:285). Isto significa que, para além dos

¹ Lopes (1996:35) situa a primeira reflexão sobre a juventude portuguesa no trabalho de Adérito Sedas Nunes “As Gerações na Sociedade Moderna” in *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes, 1968.

factores que diferenciam a juventude, permitindo falar numa pluralidade de juventudes, existe um factor que permite que se fale em Juventude, apesar de ser uma de categoria social. Referimo-nos ao facto de constituir uma condição social. Para os autores essa condição social define-se por “uma situação de dependência e subordinação” (Braga da Cruz *et al.*, 1984:289).

Estudos recentes têm chamado a atenção para as contradições que estão no âmago do conceito de juventude, referimo-nos à existência de contradições entre dependência e autonomia (Guerreiro e Abrantes, 2007:5). O que define a juventude como condição social, pode ser alegado, é esta contradição entre maturidade (em primeiro lugar biológica mas também cognitiva) e a dependência dos pais, materializada em escolarizações médias cada vez mais prolongadas (Pais, 1998b). Ora, esta contradição envolve, em crescendo, o retardamento do ingresso no mundo do trabalho e a persistência de práticas sociais que se associam tipicamente a esta categoria social, mais uma vez, independentemente das cambiantes que questões como o género e a classe social introduzem na análise. Esta característica da juventude afasta-a da sua definição simplesmente como categoria social e aproxima-a, então, da noção de condição social proposta por Braga da Cruz *et al.* (1984).

Existe, contudo, uma outra razão que nos leva a considerar poder falar-se de uma Juventude e não apenas de juventudes. O conceito de juventude é uma construção social e faz parte das categorias de classificação que usamos comumente no dia-a-dia. Como todos os conceitos de senso comum tem fronteiras fluidas, designa coisas imprecisas e, por vezes, erradas. Contudo, estudar a concepção de senso comum de juventude e os seus efeitos nos valores, crenças e práticas dos indivíduos é estudar a forma como a sociedade se organiza. Consideramos, como Ogien (1983:14-19)², que os termos do senso comum são parte importante da definição da realidade social que se pretende compreender, as pessoas consideram estes termos como parte da realidade e agem em relação a eles como se fossem realidade, tornando-os realidade nas suas consequências (Thomas, 1928, *cit.* Lundgren, 2002:2). Quer dizer, a juventude tem uma realidade substantiva que é aquela que lhe é dada precisamente pelo seu uso corrente e, com grande importância dado o seu peso, pela institucionalização do conceito através do seu uso político pelo Estado, nas políticas públicas que desenvolve. Desta forma, faz sentido, em Sociologia, falar-se de Juventude porque os jovens assim se vêem e porque

² Já apresentamos os mesmos argumentos a propósito de um outro conceito com características semelhantes, o conceito de inserção social (cf. Diogo, 2007: 128-130)

os outros assim os consideram. Quer dizer, pode estudar-se a Juventude, desde que não se perca de vista a sua natureza de construção social e se procure conhecer os limites deste conceito de uso comum, fazendo dessa forma a necessária ruptura epistemológica.

A entrada no mundo do trabalho parece ser um dos determinantes que levam os jovens a considerarem que se dá o ingresso na idade adulta, sobretudo se associado à constituição de uma família de procriação (Guerreiro e Abrantes, 2007: 8-10), levando à sua autonomia material e afetiva em relação aos pais e, conseqüentemente, ao fim da contradição entre maturidade e dependência que parece ser a grande marca definidora desta condição social.

Contudo, os estudos que temos vindo a citar apontam para algumas limitações importantes no uso do conceito. Se existem factores que nos permitem falar de Juventude esta condição social está longe de ser homogénea. Com efeito, existem indivíduos que têm trajetórias de vida de grande diversidade e pluralidade, apesar da semelhança da idade, do peso simbólico de serem considerados jovens, de práticas sociais que remetem para esta condição social e da mesma condição social. Teixeira Lopes, aliás, considera a possibilidade de se ver a juventude como “um todo unificado e coerente” e, ao mesmo tempo, restrita aos estudantes urbanos, como uma “dupla ilusão de homogeneidade” (Lopes, 1996:25), remetendo-nos, assim, para alguns dos principais perigos de uma definição demasiado acrítica.

Aliás, a classe social é uma variável altamente discriminatória das diferentes formas de viver a juventude, por isso, para além de Juventude pode-se falar em juventudes³. Com efeito, os jovens podem optar por percursos escolares cada vez mais longos ou ser a isso obrigados, e esta é a tendência, mas um grupo não negligenciável, sobretudo no nosso país, abandona os estudos relativamente cedo e insere-se precocemente no mercado de trabalho. Precisamente, são os indivíduos das classes sociais mais desfavorecidas que fazem esta opção (Alves, 1998:118 e 131 e Guerreiro e Abrantes, 2007:7).

Contudo, se a classe social foi o factor principal de explicação das desigualdades sociais e dos estilos de vida, cada vez mais têm surgido outras questões⁴ que, não apagando o papel das classes (Costa *et al.*, 2000:34), fazem aparecer outro tipo de

³ Isso é uma das principais conclusões que se podem retirar do trabalho de Guerreiro e Abrantes (2007), no mesmo sentido veja-se Lopes (1996:27).

⁴ Falamos aqui da Mudança Social que se tem imposto como um dos factores mais significativos da sociedade em que vivemos (Bajoit, 2003).

desigualdades (Dubet e Martuccelli, 1998:177 e Dubet, 2000).

Neste sentido, Guerreiro e Abrantes (2007:7) falam-nos das diversas formas de entrar na idade adulta (transições) na Europa, em que a dependência económica não significa necessariamente, como em Portugal, prolongar a estadia em casa dos pais. A autonomização em relação aos pais, a saída da casa paterna, o emprego, a constituição de família própria, são as questões que para Braga da Cruz *et al.* (1984) definiam a transição para a idade adulta. Contudo, hoje, quer atendendo à multiplicação das trajetórias possíveis, quer ao processo de juvenilização dos jovens adultos, em termos de alguns valores e práticas, esta definição é cada vez mais uma tendência e não uma regra aplicável a todos. Ser jovem, portanto, é compatível com o ingresso no mundo do trabalho e com o casamento, ou melhor, com a conjugalidade.

Vários autores referem-se, concretamente, à fluidificação das fronteiras entre juventude e idade adulta (Guerreiro e Abrantes, 2007:39) ou ao estilhaçamento da ideia de “geração social juvenil” dada a multiplicação de formas de transição mais ou menos precárias (Lopes, 1996:38) ou ainda à “pluralidade de modelos” no que respeita às atitudes dos jovens em relação ao trabalho e ao emprego (Pais, 1998:171). Todas estas formas de considerar a juventude estão associadas ao alargamento do período juvenil dado que este se caracteriza, precisamente, em primeiro lugar, pela ambiguidade (maturidade biológica e menoridade social).

O ingresso no mercado de trabalho parece ser o momento mais marcante naquilo que são as transições cada vez mais incertas entre juventude e idade adulta (Guerreiro e Abrantes, 2005: 41-43). No entanto, este aspecto da *transição entre* é, ele próprio, objecto de uma crescente incerteza dada a cada vez maior precariedade associada às actividades laborais dos jovens (Pais, 1998b:193 e Palos, 2002:9 e 2004:43). Além disso, a precariedade laboral acaba por funcionar como um obstáculo à independência dos jovens (Palos, 2002:271), o que remete para um dos dois eixos da condição social Juventude, a dependência e deste para o seu fulcro: a contradição entre maturidade biológica e menoridade social.

No que respeita ao outro grande critério de entrada na idade adulta, constituir uma família de procriação, no contexto português, se a saída de casa dos pais⁵ está

⁵ Aqui, sair da casa dos pais significa sair com autonomia económica. Contudo, para uma fracção dos jovens sair da casa dos pais significa ir para uma Universidade fora da sua zona de residência, mantendo a dependência económica mas aumentando a independência no dia-a-dia, o crescente número de estudantes Erasmus, aliás, acrescenta uma nova dimensão a este processo. Não obstante o acréscimo

geralmente associada à independência económica, o retardamento da idade do casamento e o crescente número de indivíduos a viver sozinhos, mostram-nos que as trajetórias possíveis para os jovens se complexificam. A saída de casa não significa, necessariamente, casamento ou mesmo outra forma de conjugalidade.

Finalmente, ser jovem não é indiferente ao género, dado que existem grandes diferenças entre rapazes e raparigas, homens e mulheres, diferenças essas que se expressam em percursos escolares diferenciados⁶ ou em taxas de desemprego distintas, por exemplo.

Neste sentido, ser jovem significa cada vez menos ter determinada idade, não trabalhar, estudar e viver com os pais. O que nos resta para definir a juventude? Remetemo-nos novamente para a ideia de que a juventude é, em primeiro lugar, um conceito de senso comum e que devemos dar a estes conceitos o papel que os indivíduos lhes atribuem. Ser jovem é, então, aquilo que se considera socialmente que é ser jovem, ter uma determinada idade que cai dentro do conjunto de idades definidas como juvenis, quer pelos indivíduos quer pelo Estado.

Além disso, a ideia de ambiguidade associada à juventude tem vindo a reforçar-se, quer no mundo do trabalho, dada a crescente incerteza que a precariedade laboral trás à projecção no futuro dos indivíduos, quer nas relações familiares, dada a multiplicação de formas de conjugalidade e de modelos de família não convencionais.

Não obstante, a relação dos indivíduos deste grupo de idades, que consideramos jovens, com o mercado de trabalho é importante, quer porque, para os que trabalham, é através do trabalho que em boa parte se define a sua posição social, condicionando decisivamente os seus modos de vida⁷, quer porque o ingresso futuro no trabalho é uma preocupação na vida dos jovens (sobretudo dos mais novos), dada a crescente incerteza

de independência nestas situações os jovens não deixam de se conservar na situação de ambiguidade social entre maturidade e dependência que em boa parte caracteriza a juventude.

⁶ Sobre a vantagem das mulheres veja-se, por exemplo, Duru-Bellat (2005:19) ou, para o caso português, Barreto (1996:46) e Alves (1998:113), onde esta última autora defende que o prolongamento da escolaridade feminina resulta da necessidade feminina de maiores escolaridades em relação aos rapazes para compensar a segregação no mercado de trabalho (no mesmo sentido veja-se Palos, 2008:70). Especificamente sobre os Açores, veja-se A. Diogo (2008:228) onde esta autora mostra que as raparigas têm, regra geral, melhor desempenho escolar que os rapazes da sua própria condição social, algo que se minimiza nos desempenhos mais elevados e que se maximiza nos desempenhos mais fracos, associados às condições sociais mais modestas.

⁷ Consideramos que o emprego não perdeu nenhuma da sua força para definir a posição social dos indivíduos e, ao mesmo tempo, contribuir de forma decisiva para a definição da sua identidade social (Diogo, 2007).

associada à transição para a vida activa⁸.

Bibliografia

- Alves, Natália (1998), “Escola e trabalho: atitudes, projectos e trajectórias” in Pais, José Machado e Cabral, Manuel Villaverde, *Jovens portugueses hoje*, Oeiras, Celta, pp. 53-133.
- Alves, Natália (2008), *Juventudes e inserção profissional*, Lisboa, EDUCA & Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Costa, António Firmino; Mauritti, Rosário; Martins, Susana Cruz; Machado, Fernando Luís e Almeida, João Ferreira de (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 34, pp. 9-43.
- Cruz, Manuel Braga da, Seruya, José Manuel, Reis, Luísa Braula e Schmidt, Luísa (1984), “A condição social da juventude portuguesa”, *Análise Social*, vol. XX, nº 81-82, pp. 285-308.
- Diogo, Fernando (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras, Celta.
- Diogo, Fernando (2007b), “Singularidades do trabalho feminino nos Açores: do macro ao microsocial” in *Actas do VI Encontro de Sociologia dos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais, 2007, pp. 89/101.
- Diogo, Fernando (2009), “Activos altamente desqualificados e insucesso do sistema de ensino” in *Colóquio Desigualdades no Sistema Educativo: Percursos, Transições, Contextos*, Ponta Delgada, CES-UA/Observatório das Desigualdades, 22 de Junho.
- Diogo, Ana Matias (2008), *Investimento das Famílias na Escola*, Oeiras, Celta.
- Dubet, François (2000), *Les inégalités multipliées*, Paris, Ed. L’aube.
- Guerreiro, Maria das Dores e Abrantes, Pedro (2007), *Transições incertas: Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Lopes, João Teixeira (1996), *Tristes escolas: práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*, Porto, Afrontamento.

⁸ De notar que mesmo os jovens mais escolarizados, tradicionalmente mais protegidos dos problemas do desemprego, veem hoje a sua transição para o mundo do trabalho complicada, embora continuem a ter mais vantagens que os outros (Alves, 2008).

- Lundgren, Mats (2002), “«Magistrander», Teachers linking school and university: experiences from The University of Dalarna, Sweden”, Paper presented at the *NFPF congress* in Tallinn, 7–9 March. <http://dalea.du.se/research/archive/103fd285-7d41-4674-8655-7697248fcf0c/cc16b3dd-de24-4614-b1c6-07d3101dab51.pdf> accessed in the 14th of April 2010.
- Ogien, Ruweu (1983), *Théories ordinaires de la pauvreté*, Paris, PUF.
- Pais, José Machado (1998), “Grupos juvenis e modelos de comportamento em relação à escola e ao trabalho: resultados de análises factoriais” in Pais, José Machado e Cabral, Manuel Villaverde, *Jovens portugueses hoje*, Oeiras, Celta, pp.135-197.
- Pais, José Machado (1998b), “Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos 10 anos?” in Pais, José Machado e Cabral, Manuel Villaverde, *Jovens portugueses hoje*, Oeiras, Celta, pp. 189-214.
- Palos, Ana Cristina (2002), *Os jovens, a educação e o trabalho: estratégias de escolarização e projectos de futuro (o caso de jovens açorianos)*, Angra do Heroísmo, Tese de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores (policopiado).
- Palos, Ana Cristina (2004), “Da escola ao mundo do trabalho: quando a incerteza e a precariedade configuram a inserção profissional dos jovens açorianos”, *Arquipélago: Ciências da Educação*, nº 5, pp. 31-61.
- Palos, Ana Cristina (2008), “A escolarização nos Açores: Entre a massificação escolar e os limites da edificação da escola de massas”, *Arquipélago: Ciências da Educação*, nº 9, pp. 61-87.
- Pappámikail, Lia (2004), “Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46, pp. 91-116.
- Sainsaulieu, Renaud (1998), “L’identité au travail d’hier à aujourd’hui”, *L’orientation scolaire et professionnelle*, vol. 27, nº1, pp. 77/93.
- Schnapper, Dominique (1989), “Rapport à l’emploi, protection sociale et status sociaux”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXX, pp. 3/29.
- Vasconcelos, Pedro (2002), “Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe”, *Análise Social*, vol. XXXVII, nº163, pp. 507-544).